



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REALIDADE BRASILEIRA**

RAFAEL BALDIN

**DA HISTÓRIA DO SINDICALISMO NO BRASIL AO SINTEPFB:
A FORMAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO (PR)**

LARANJEIRAS DO SUL

2023

RAFAEL BALDIN

**DA HISTÓRIA DO SINDICALISMO NO BRASIL AO SINTEPFB:
A FORMAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO (PR)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Realidade Brasileira da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Especialista em Realidade Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Elemar do Nascimento Cezimbra

LARANJEIRAS DO SUL

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Baldin, Rafael

Da história do sindicalismo no Brasil ao Sintepfb: a formação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Francisco Beltrão (PR) / Rafael Baldin. -- 2023.

25 f.:il.

Orientador: Doutor Elemar do Nascimento Cezimbra

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Especialização em Realidade Brasileira, Laranjeiras do Sul, PR, 2023.

1. Sindicalismo ? Brasil. 2. Sindicalismo docente ? Brasil. 3. Sintepfb. I. , Elemar do Nascimento Cezimbra, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

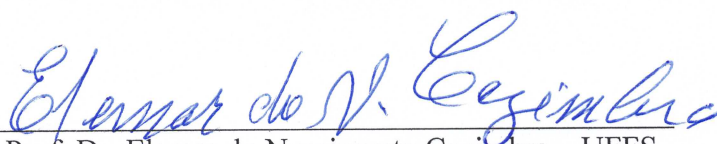
RAFAEL BALDIN

**DA HISTÓRIA DO SINDICALISMO NO BRASIL AO SINTEPFB:
A FORMAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO (PR)**

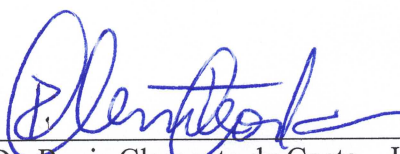
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Realidade Brasileira da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Especialista em Realidade Brasileira.

Este trabalho de conclusão foi defendido e aprovado pela banca em: 21/03/2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Eleazar do Nascimento Cezimbra – UFFS
Orientador



Prof. Dr. Regis Clemente da Costa – UFFS
Avaliador



Prof. Me. Denner Wynderson Weber – SEED/PR
Avaliador

**DA HISTÓRIA DO SINDICALISMO NO BRASIL AO SINTEPFB:
A FORMAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO (PR)**

Rafael Baldin*

RESUMO

Trata este texto de tecer uma narrativa do processo de formação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Francisco Beltrão (Sintepfb), ocorrido em 2012. Um grupo de professores municipais, tomando o protagonismo da luta sindical pelo cumprimento da Lei do Piso, constrói seu próprio sindicato, desfilando-se do anterior, que atendia a todas as categorias do funcionalismo público municipal. Para a empreitada procuramos apreender a gênese do sindicalismo, sua inserção no Brasil, e as particularidades do sindicalismo docente. Sendo uma História do Tempo Presente, utilizamos de relatos orais (entrevistas) como fonte primária. Buscamos uma “história vista de baixo” com aporte do materialismo histórico-dialético.

Palavras-chave: sindicalismo – Brasil; sindicalismo docente – Brasil; Sintepfb.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado da pesquisa teórica e empírica realizada na pós-graduação *lato sensu*, Especialização em Realidade Brasileira, em sua segunda edição. O Curso objetiva viabilizar a formação científica a fim de construir uma práxis educativa de professores(as) e lideranças de movimentos sociais e sindicais do campo e da cidade, em especial os atuantes no Sudoeste do Paraná.

Dentre os objetivos específicos do curso, destacamos: a) a formação de educadores, técnicos e lideranças para qualificar a atuação junto às escolas e organizações sociais, contribuindo na formulação teórica e prática, a partir da realidade concreta que estão inseridos; b) a compreensão da realidade regional e dos processos históricos, econômicos, políticos e sociais, que contribuíram para a construção da sociedade brasileira, a partir de uma perspectiva das classes subalternizadas; c) o fortalecimento dos processos locais de desenvolvimento promovendo debates acadêmicos acerca da relação campo-cidade; d) o incentivo à cooperação dos seres humanos em suas mais variadas formas: econômicas, sociais, culturais e sindicais, no sudoeste do Paraná (UFFS, 2020).

Em suma: é pertinaz a ampliação da organização social, das organizações populares e movimentos sociais regionais do campo e da cidade, lastreado num projeto popular de desenvolvimento regional calcado numa nova lógica de intercooperação. Diante deste contexto, o Curso de Realidade Brasileira se apresenta como um espaço de construção do conhecimento, da qualificação dos sujeitos coletivos no entendimento do real concreto, a partir da interface com intelectuais marxistas.

* Licenciado em História pela UNICENTRO. Mestre em História pela UFFS. Assistente em Administração na UTFPR, Campus Francisco Beltrão. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4400721137885097>. E-mail: rafaelutfpr@gmail.com.

A fim de conhecer profundamente a realidade concreta na sua totalidade, síntese de múltiplas determinações, quais sejam: processo histórico, momento histórico e o próprio devir ou “vir a ser”, e construir uma interpretação do Brasil, a partir do sudoeste do Paraná, o curso procurou construir um processo de práxis junto ao que se convencionou chamar de Unidades de Estudo (UE). Essas eram compostas por quatro eixos temáticos: Escola Itinerante Herdeiros do Saber e Cooperativa de Crédito Rural de Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária (Crehnor), ambas em Rio Bonito do Iguaçu (PR); Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada de Francisco Beltrão (Coopafi) e Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Francisco Beltrão (Sintepfb).

O desafio de trabalhar em unidades de estudo foi conjugar o levantamento de questões prioritárias para as entidades supracitadas, “sintetizar em trabalhos, interpretações e reflexões a partir da realidade concreta, temas importantes para as unidades de estudo” e firmar um “compromisso público e popular, em parceria com as organizações, no sentido de resolver problemas concretos de setores da sociedade, descobertos pelo poder público”, aproveitando do acumulado teórico dessas mesmas entidades em articulação com o cenário estadual e nacional (ASSESOAR, 2023).

Restando a cargo de cada aluno a escolha da UE de interesse, por questão de identificação com a luta sindical, com a militância de esquerda, com o protagonismo de movimentos urbanos pela conquista de direitos e pela proximidade com o tema das dinâmicas urbanas e movimentos sociais da cidade, temas de pesquisas anteriores, optei pela EU Sindicalismo (Sintepfb). Debater sindicato é discutir as lutas políticas, sociais e econômicas da classe trabalhadora.

Já com os grupos formados por UE, procedeu-se ao programa formativo: reuniões na sede do Sintepfb foram realizadas para que tivéssemos contato com a diretoria do sindicato, representada pela professora municipal Lirani Maieski. Nessa época ocorria várias ações de luta e resistência em favor da Educação pública municipal em detrimento das políticas neoliberais encampadas pelo atual prefeito municipal, Cleber Fontana (PSDB).

Dessa relação dialética entre a teoria e a prática nas ações do sindicato, inclusive com participação nas moções populares onde foi possível validarmos e sistematizarmos as teorias marxistas de pesquisa-ação/participação, indo além do simples academicismo. Segundo Marx e Engels (1998, p. 100), “é na práxis¹ que o homem precisa provar a verdade”. Ou seja: não adianta tentar aplicar a teoria na prática sem conhecer a realidade; antes deve-se partir da realidade concreta, teorizar e então voltar para a realidade, onde nossos pés pisam. Logo, a práxis é parte do método do materialismo histórico-dialético. É através desse método que observamos a organização como um sujeito coletivo em movimento (processo social) que pretendia uma transformação social (direitos amparados em lei que não estavam sendo reconhecidos pela administração municipal, como a lei do piso, p. ex.).

Foi no calor dos acontecimentos e pela minha formação acadêmica na área de História – não como uma disciplina, mas como noção de totalidade, tal qual Marx e Engels (2007, p. 86-87) postularam: “Conhecemos uma única ciência, a ciência da história” – que aflorou o desejo de conhecer melhor a história desse sindicato e *pari passu* da história do sindicalismo brasileiro, sempre tendo em vista essa noção de totalidade própria do materialismo histórico-dialético.

Além do pomo teórico do marxismo, trabalhamos com as memórias em disputa (POLLAK, 1989, p. 2), buscando as que estão mais aquém das esferas de poder, notadamente da classe trabalhadora, aqui vinculada à profissão docente. Logo, é uma “história vista de baixo” (SHARPE, 2011). Ademais, como o processo de formação do sindicato se deu no ano de 2012,

¹ Vide MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010; MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

tratamos de uma História do Tempo Presente (ROUSSO, 2016), em que se coloca diante do historiador dois grandes desafios: o pesquisador como testemunha (subjetividade) e a questão da oralidade (entrevistas).

Para a empreitada, foi necessário a leitura de farta bibliografia sobre o sindicalismo no Brasil, em especial no sindicalismo docente, e a consulta a fontes secundárias como atas do Sintepfb, matérias de jornal, e primárias, as entrevistas com seis professores municipais, integrantes do grupo que foi alçado à liderança na formação de um sindicato próprio para a categoria docente municipal, e por consequência, alguns dos primeiros sindicalizados e diretores do Sintepfb. Os relatos orais dos sindicalizados mostraram-se muito frutíferos pela diligência em que se dispuseram a colaborar com a pesquisa e por permitir ao pesquisador captar as interpenetrações do processo em tela, e perceber nuances que, de outra forma, perder-se-iam em emaranhados de documentos oficiais ou matérias jornalísticas, *tout court*.

Definidas as linhas gerais da pesquisa, esse trabalho foi estruturado em três grandes partes. Primeiramente, buscamos conformar a gênese do sindicalismo e as primeiras formas de contestação/luta da classe trabalhadora no Brasil e suas formas de sindicalização. A História é um estudo cientificamente conduzido sobre o passado, feito no presente a partir de vestígios (BLOCH, 2001, p. 7-8). Conhecer as determinantes históricas nos fazem refletir como chegamos até aqui e que futuro queremos construir. Além disso, buscamos valorizar as experiências e vivências da classe-que-vive-do-trabalho no fazer-se dessa mesma classe, ou seja, o conceito de “experiência” legado na Nova Esquerda Inglesa (THOMPSON, 2012). Na segunda parte enfatizamos o sindicalismo na Educação, a fim de compreendermos a atuação de nosso objeto de estudo, o Sintepfb. Os trabalhadores em educação pública se caracterizam pela sua especificidade e pelo pertencimento tanto a uma “classe média” quanto ao setor mais amplo do funcionalismo público (trabalhadores improdutivos). Isso lhes manteve a certa distância do impacto que o controle operário tradicional gerava nos “mundos do trabalho”, replicando-se nas lutas e pautas reivindicatórias. Exploramos o fato de o sindicalismo docente no Brasil ter sido “atrasado” em relação a outros ramos sindicais. Por fim, focamos diretamente em nosso objeto de pesquisa: o processo de formação e luta pelo sindicalismo em Educação no município de Francisco Beltrão (PR). O que levou um grupo de trabalhadores a ter o protagonismo da proposição de um novo sindicato, especificamente para os professores municipais, na esteira de lutas que ocorriam na esfera federal, como a promulgação de leis que garantiam o piso salarial.

Torna-se imperioso o presente estudo porque a desigualdade, a contradição entre as classes sociais, a expropriação como motor do modo de produção capitalista, tudo isso foi naturalizado. A naturalização é um instrumento de violência disperso pela sociedade. Urge, portanto, sua desconstrução, apontando sua gênese, questionando sua legitimidade, apontando proposições. O sindicalismo não possui todas as dobras prontas: há tensões, acomodações, lutas, fraturas, estabelecimento de alianças e rompimento de outras, visando a garantia de sua autonomia enquanto entidade representativa de uma categoria num dado território.

2 HISTÓRIA DO SINDICALISMO

2.1 AS ORIGENS DO SINDICALISMO

O sindicalismo surgiu na Inglaterra, no século XVIII, em razão das consequências da Revolução Industrial. Longe de ser apenas uma mudança qualitativa das técnicas de produção, o evento consolidou o modo de produção capitalista, substituindo a produção artesanal e manufatureira por máquinas. Ao mesmo tempo que deixava miríades de operários fabris sem emprego (e, portanto, sem salário), criando o que Marx chamará de exército industrial de reserva, catapultou a acumulação capitalista em níveis jamais vistos até então.

O capitalismo é modo de produção que se caracteriza por possuir duas classes antagônicas em relação desigual uma com a outra. Quais sejam: a dos capitalistas, proprietários dos meios de produção, e a dos proletários (trabalhadores) despossuídos dos meios de prover a sua própria existência, a não ser vendendo sua mercadoria força de trabalho ao capitalista. Essa contradição fundamental gera inúmeras tensões entre os interesses do Capital e do Trabalho, como a tendência, p. ex., ao rebaixamento dos salários por um lado e à acumulação capitalista do outro. Em 1845, Friedrich Engels, publicou **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**, em que relatava as péssimas condições a que estavam obrigados os proletários urbanos da era vitoriana pelo problema da industrialização capitalista.

A reação às condições desumanas (alimentares, sanitárias, de moradia, etc.) a que estava submetida a classe trabalhadora urbana foi a organização dos trabalhadores para lutar contra quem os explorava: a dominação do Capital.

Os operários unidos em seu sindicato colocam-se de alguma maneira em pé de igualdade com o patronato no momento da venda de sua força de trabalho, evitando que o capitalista trate isoladamente com cada operário. Esta é a função primeira dos sindicatos: impedir que o operário se veja obrigado a aceitar um salário inferior ao mínimo indispensável para o seu sustento e o da sua família. Os sindicatos são, portanto, associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante, uma vez que o lucro capitalista aumenta não só em função da baixa de salários e da introdução das máquinas, mas também em função do tempo excessivo de trabalho que o capitalista obriga o operário a exercer (ANTUNES, 1985, p. 12).

Segundo o sociólogo Ricardo Antunes, que estuda a morfologia do trabalho no Brasil, a luta sindical tem dois vieses: atuando em coletivo, o sindicato evita que o proprietário capitalista trate diretamente com o trabalhador, além de propiciar a este um espaço de luta e resistência por melhores condições de trabalho. No entanto, o fim último dos sindicatos deveria ser a subsunção do sistema de trabalho assalariado pela hegemonia da classe trabalhadora, com fins precípuos de emancipação do ser humano.

Até o início do século XIX, a palavra sindicato carregava a pecha de ato proibido, tipificado como crime, idêntico à tentativa de organizar uma conspiração. Mas a agitação popular forçou o Estado inglês a promulgar, em 1824, uma lei que abolira “todas as proibições contra os agrupamentos operários” (SANT’ANNA E SILVA, 2021, p. 20) autorizando a formação de *trade-unions*. A partir daí o sindicalismo se desenvolveu e várias correntes marcaram a história do sindicalismo na Europa, notadamente os anarquistas (como Bakunin e Proudhon) e os comunistas (como Marx e Engels). Uma figura importante foi o industrial Robert Owen que ajudou a conquistar direitos para a classe trabalhadora, como a limitação do trabalho de mulheres e crianças nas fábricas, em 1819. Enquanto socialista utópico, acreditava nas experiências coletivistas de justiça distributiva. Nas suas ideias “pode ser notado um eco das aspirações de uma classe social que estava se formando com a industrialização: o proletariado urbano industrial” (KONDER, 2003, p. 14).

A despeito da resistência dos patrões (demissões, coações para não participarem dos sindicatos, etc.) o sindicalismo avançava, com greves e manifestações em toda a Europa. Como exemplos temos a Revolução de 1848 na França e na Alemanha, e a Comuna de Paris, de 1871. Em **Crítica ao Programa de Gotha**, Marx enaltece os sindicatos como organização por meio da qual a classe trabalhadora “luta suas batalhas diárias contra o capital” (2012, p. 74).

Assim, pois, as greves ensinam os operários a unirem-se, as greves lhes fazem ver que só unidos podem sustentar a luta contra os capitalistas, as greves ensinam aos operários a pensar na luta de toda a classe operária contra toda classe patronal e contra

o governo autocrático e policial. Por isso mesmo os socialistas chamam as greves *escola de guerra*, escola onde os operários aprendem a desencadear a guerra contra seus inimigos pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo do governo e do capital (ANTUNES, 1985, p. 41).

A influência das tendências comunistas da consciência revolucionária dada pela consciência política em face da luta econômica, da função educadora dos sindicatos, da defesa dos interesses materiais da classe trabalhadora, da unicidade da luta sindical faz ecoar pela Europa e adentra outros confins, como veremos no caso brasileiro. Contudo, Antunes nos alerta que “a luta sindical é limitada na medida em que é uma luta constante pela melhoria salarial e não diretamente contra o sistema capitalista que gera o sistema de salários. A luta sindical é uma luta contra os efeitos do capitalismo e não contra as suas causas” (ANTUNES, 1985, p. 41).

2.2 O SINDICALISMO NO BRASIL

Como nos diz o historiador Mattos (2009), não há como analisar a sociedade brasileira de hoje sem levar em conta a importância das organizações sindicais. A origem da luta da classe trabalhadora urbana no Brasil começa com a greve dos ganhadores de Salvador, em 1857. Eram trabalhadores do transporte de pessoas e de objetos. O resultado: a cidade inteira parou! Sem nada dever aos moldes da mobilização operária europeia, que aportaria em terras brasileiras com as posteriores levadas imigratórias. A greve negra da Bahia nos mostra que não foi uma revolta, quilombagem ou fuga (formas clássicas de resistência ao escravismo moderno); tampouco era uma luta abolicionista, senão uma “suspensão do trabalho africano, e não apenas o escravizado, contra o Estado” (REIS, 2019, p. 17).

Como compreendemos do exemplo supra, a luta da classe trabalhadora urbana no Brasil remonta a meados do século XIX, período em que vigia a escravidão. Por seu turno, “as associações e sindicatos vão surgindo em locais onde já existia algum tipo de resistência ao trabalho escravo” graças a laços de solidariedade entre trabalhadores livres e não livres, ao “compartilharem espaços e experiências de trabalho, escravizados e livres acabavam por compartilhar formas de luta” (MATTOS, 2009, p. 29).

Com promulgação da Lei Áurea de 1888, diploma legal que continha dois artigos e nenhuma garantia ao povo negro recém-liberto, e o golpe da República (1889) o Brasil passava pela sua primeira transformação estrutural, a consolidação de relações tipicamente capitalista, vinculada ao processo de transformação na economia nacional, com epicentro no centro agrário-exportador cafeeiro (notadamente São Paulo e Rio de Janeiro). Também a inserção de imigrantes europeus (italianos, alemães, poloneses, entre outros) já familiarizados com a venda da mercadoria força de trabalho para as lavouras de café e a indústria/comércio/serviço nos núcleos urbanos. Nessa época circulavam teorias pseudocientíficas como o do branqueamento da população como forma de limar o simbolismo da imigração europeia.

Com o início das indústrias no Brasil imperial, se formaram as primeiras formas de associação de trabalhadores operários, de caráter mutualista, passando a se organizar em ramos de atividades com a evolução do processo de industrialização. Houve então a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, com a constituição de um mercado interno, base de uma economia industrial que era incipiente desde o Império. Em 1858, na Corte do Rio de Janeiro, os compositores tipógrafos reivindicaram reajustes salariais. Essa greve chamou a atenção pelo papel ativo de uma associação de classe (a Imperial Associação Tipográfica Fluminense) que os ajudou a publicar um periódico de circulação diária em que expunham suas

reinvidicações. Essa associação de auxílio mútuo assumira as funções de representação dos interesses dos filiados, embrião das futuras organizações sindicais (MATTOS, 2009, p. 27).

Numa sociedade totalmente diferente da europeia, as ideias socialistas aportaram da França para os trópicos por intelectuais anarquistas e socialistas, no final do século XIX e início do século XX, como José Oiticica, professor do Colégio Pedro II, o jornalista Antônio dos Santos Figueiredo e o escritor Lima Barreto (KONDER, 2003, p. 40). Congressos reuniam simpatizantes do socialismo (1892, 1902, 1906) com ideias como a do Manifesto aos Proletários, de 1902: “a história das sociedades humanas, desde que se constituíram e onde quer que evoluíssem, é a história mesma da luta de classes; (...) que somente duas permaneceram, (...) inconciliáveis em seus interesses: tais são a classe da burguesia e a classe dos assalariados” (ANTUNES, 1985, p. 49). Mas foram os anarcossindicalistas que assumiriam a hegemonia dos setores mais combativos do incipiente movimento operário brasileiros nas duas primeiras décadas do século XX (KONDER, 2003, p. 37-40).

Em 1907 foi promulgado o Decreto n. 1.637, facultando “a todas as classes trabalhadoras a formação de sindicatos (...) tendo por fim o estudo, a defesa e o desenvolvimento (...) dos interesses profissionais de seus membros” (BAUER, PAULISTA, DINIZ, 2013, p. 14). Houve mobilizações em várias cidades brasileiras, com intensificação de greves, principalmente entre 1902-1903, 1906-1907, 1917-1919 em que, apesar de não ascenderem à arena política, eram pelo Estado duramente reprimidas, quando não controladas. Também o movimento contra a carestia de vida de 1913. Houve inclusive a tentativa de fundação de um partido operário por não operários, como José Augusto Vinhaes, um militar (KONDER, 2003, p. 45). Eles apontam para uma atividade partidária e para uma questão importante na luta por direitos da classe trabalhadora, a de que:

Esses momentos ímpares da ação coletiva envolviam muito mais gente do que o número restrito de trabalhadores – sobretudo qualificados – pertencentes às sociedades operárias. São nesses processos que a classe como uma realidade histórica aparece, na medida em que os interesses coletivos se sobrepõem aos interesses individuais e corporativos. É então que podemos falar de formação de classe operária como um processo conflituoso, marcado por avanços e recuos, pelo fazer-se e pelo desfazer-se da classe, que surge na organização, na ação coletiva, em toda a manifestação que afirma seu caráter de classe (BATALHA, 2018, p. 173).

A década de 1920 foi palco de uma efusão de movimentos: aumento da população urbana por conta da industrialização crescente, a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista, a Revolta dos Tenentes, a Crise de 1929. Em 1930, Getúlio Vargas, por meio de um golpe de Estado, assume a presidência, decreta uma ditadura em 1937 e fica até 1945. Promove a centralização político-administrativa e uma política econômica voltada para o desenvolvimento nacional, “privilegiando setores antes relegados a um segundo plano (especialmente o setor industrial), contudo, sem que fosse abandonada a prática de valorização do polo agrícola-exportador da economia” (MATTOS, 2009, p. 62). O que houve foi uma composição de interesses das classes dominantes, “conciliando os interesses agrários com os interesses urbanos emergentes e excluindo qualquer forma de participação efetiva da classe operária” (ANTUNES, 1985, p. 58). O governo getulista, vendo o crescimento do número de trabalhadores assalariados, tratou logo de cooptá-los: uma minhoca num rígido anzol de aço. Promulgou a primeira lei de sindicalização do Brasil (1931) que criava os sindicatos oficiais, que se apresentavam como órgãos de colaboração com o Estado.

No entanto, muitos direitos foram conquistados no governo getulista devido às greves e mobilizações da classe trabalhadora, que foram intensas principalmente até 1935. Dentre as reivindicações conquistadas estão a ampliação de leis, muitas delas limitadas a certas categorias profissionais, como ferroviários e portuários: a lei de férias, o descanso semanal

remunerado, a jornada de oito horas diárias, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, etc. (ANTUNES, 1985, p. 60). Contudo o combate ao comunismo se acentuou e vários sindicatos foram fechados. Iniciando o período do “peleguismo” e transfigurando as organizações da classe trabalhadora em associações assistencialistas (função precípua do Estado), e “fazendo crer que a história do sindicalismo começa ali” (ROSSI; GERAB, 2009, p. 34).

Finda a Era Vargas, com um golpe antipopular e reacionário, põe fim a ditadura. Com um respiro democrático e a Guerra Fria começando na política internacional, o sindicalismo populista e corporativo continuou. Em contrapartida, o movimento operário se expandira (dobra entre 1940 e 1953, contando com mais de 1,5 milhão de trabalhadores) e o Brasil viu o surgimento das Ligas Camponesas (1955). Essa organização de trabalhadores rurais do Nordeste – que tinha o apoio de amplos setores urbanos – expunha a extrema pobreza e as duras condições de trabalho nas fazendas, com os regimes de “cambão”, “foro”, “pulo da vara”, “regime de condição”, etc. Pressões patronais impediam que as leis trabalhistas, consolidadas em 1943 pelo governo getulista (CLT) chegassem ao campo (MONTENEGRO, 2008, p. 241). É o começo da luta pelas Reformas de Base, sendo a Reforma Agrária a mais importante.

No arcabouço (estrutura jurídica) das reformas propostas, defendiam-se medidas nacionalistas, como uma intervenção mais ampla do Estado na economia e controle mais efetivo dos investimentos estrangeiros nos país, inclusive com a regulamentação das remessas de lucros para o exterior. (...) Em 1963, em São Paulo, 78 sindicatos se unem para enfrentar – pela 1ª vez – a poderosa Fiesp. 700 mil grevistas tomam as ruas da cidade em grandes piquetes. A repressão é violenta, mas não impede a vitória dos trabalhadores que conquistam 80% de reajuste geral (ROSSI; GERAB, 2009, p. 44).

As tensões sociais que eclodiram da luta operária: o combate ao “peleguismo” e ao sindicato corporativista, as greves de paridade (que pediam a equiparação dos salários aos dos militares), as variegadas pautas reivindicativas (revogação da Lei de Segurança Nacional, o direito de voto aos analfabetos, reajuste de 100% nos salários, concessão do direito de greve, etc.), a força dos movimentos de metalúrgicos (ABC Paulista), causou o temor das frações conservadoras do poder.

A insegurança chegava até os grandes capitalistas, particularmente os atrelados ao capital estrangeiro estadunidense, porque boa parte da população apoiava as reformas. Com o apoio estratégico da Agência Central de Inteligência (CIA) no Brasil, de empresários nacionais e da Igreja católica, setores das camadas médias urbanas, com medo da instauração de uma “república comunista” no Brasil, vai às ruas na Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade, em São Paulo, reunindo cerca de 500 mil pessoas. Sem a preparação de uma base de apoio ao governo Jango, era o aval que o golpe militar de 31 de março de 1964. A agência golpista dos EUA fica evidente quando, através do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibade), treinaram cerca de 30 mil ativistas sindicais brasileiros que seriam os futuros interventores nos sindicatos pós-golpe (ROSSI; GERAB, 2009, p. 45).

É desnecessário dizer o quanto a ditadura civil-militar² foi violenta, o quanto foram combatidos os opositores do regime, quantas lideranças sindicais e políticas foram presas,

² Vários pensadores brasileiros leem o período como ditadura civil-militar ou empresarial-militar: Carlos Fico, Gilberto Calil, José Paulo Netto, Virgínia Fontes, Sonia Regina de Mendonça, Pedro Henrique Pedreira Campos, Leomar Rippel, Rejane Hoeveler, entre outros. Embora os militares assumissem a presidência da República entre 1964 e 1985, frações importantes da sociedade civil apoiaram o golpe militar e a manutenção do regime ditatorial: notadamente o grande empresariado nacional e internacional, mas também parte da classe média. Logo, a base de sustentação do complexo monopolista militar – o Estado profundo – foi civil-empresarial. Na acepção gramsciana, a hegemonia no capitalismo é exercida pela coerção e pelo consenso, sendo que ambas se imiscuem. Os mecanismos de coerção são do próprio aparato policial-militar; já o consenso viria por meio das instituições: alas

torturadas, mortas. “O dia que durou 21 anos” barrou os avanços da classe operária, extinguiu a estrutura sindical e retomou o imperialismo estadunidense no Brasil, dando propulsão à superexploração da força de trabalho. Um dos exemplos é a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que acabou com a estabilidade de dez anos de serviço (MATTOS, 2009, p. 106) e, *plus ultra*, ainda acumulou o dinheiro das indenizações no Estado (ROSSI; GERAB, 2009, p. 46). Foi a época do “arrocho” salarial e da atuação dos metalúrgicos nas greves de Osasco (SP) e Contagem (MG), em 1968. Ambos sofreram intervenção do Estado.

Figura 1 – Repressão à greve dos trabalhadores da Cobrasma em Osasco (SP)



Fonte: [https://memoriasdaditadura.org.br/linha-do-tempo/1968/03/\(16/03/1968\)](https://memoriasdaditadura.org.br/linha-do-tempo/1968/03/(16/03/1968))

A luta foi tão violenta contra a classe trabalhadora que foi preciso um interregno de dez anos para que outro movimento da massa trabalhadora eclodisse. Em 1978, a greve da Scania inauguraria uma nova forma de sindicalismo, com o protagonismo de uma classe organizada, mais madura, contra o “arrocho”, rompendo com a lei antigreve, em defesa de um sindicalismo autônomo e que levava, a reboque, outras categorias profissionais, como a dos professores e servidores públicos, p. ex., passam a se proletarizar. O Movimento Contra a Carestia reunia milhares de pessoas contra o aumento do custo de vida. Nasce daí importantes lideranças, como Luiz Inácio Lula da Silva, e a Central Única dos Trabalhadores.

Veio a redemocratização, e as políticas neoliberais. Com elas, a luta sindical entra em crise. Transformações tecnológicas na área da produção, a redução do Estado (privatizações) e o ataque aos direitos dos trabalhadores (terceirização, p. ex.), acabaram por minar as vitórias pontuais da classe trabalhadora, enfraquecendo-a, ao passo que reforçava o poder do grande capital industrial que se aliara ao capital bancário, formando o rentismo, responsável pela desindustrialização brutal do Brasil e a exclusão de milhares de trabalhadores da economia “formal”, aumentando a periferização das cidades e a miséria social.

conservadoras da igreja Católica e da imprensa, Rotary Club, maçonaria, etc. Como nos aponta Bauer, Diniz e Paulista: “No dia 31 de março de 1964, depois de longo período de conspiração e discursos golpistas proclamados através da grande imprensa, com apoio de setores do clero católico, do empresariado e dos políticos que se opunham ao ideário reformista de Goulart, os militares se reuniram e tomaram o poder com apoio dos Estados Unidos” (2013, p. 30).

3 ASPECTOS HISTÓRICOS DO SINDICALISMO DO DOCENTE NO BRASIL

Compreendendo a construção do sindicalismo no Brasil como um processo histórico e a materialidade da luta sindical, faremos recorte ao sindicalismo docente, particularmente do magistério público municipal, a partir de suas contradições e particularidades organizativas, reivindicatórias e ideológicas, na perspectiva da luta de classes. E aqui é mister que se diga: as classes sociais e suas contradições não são somente uma categoria analítica, é, antes, uma categoria histórica.

Isso posto, no bojo das transformações nos mundos do trabalho a que estava submetida a classe trabalhadora brasileira e da emergência novas formas de sindicalismo, das descontinuidades históricas de um país calcado no autoritarismo, o sindicalismo do magistério público municipal apresenta estreita ligação com as políticas educacionais e com a luta de classes. Segundo a pedagoga Vaz (2020), tal sindicalismo possui particularidades em relação: 1) à forma organizativa; 2) à materialidade da consciência sindical; e 3) ao conteúdo das suas reivindicações. Quanto às formas organizativas, Vaz destaca os limites em relação ao índice de filiação e ao caráter municipal da luta. Quanto à materialidade da consciência sindical, aponta a contradição entre a concepção dos docentes acerca dos sindicatos e participação ou não na luta sindical. Quanto às reivindicações, destaca a aproximação da luta docente com as políticas educacionais, representando avanço na perspectiva da legislação da carreira docente, e contraditoriamente, condiciona o sindicalismo ao ritmo das políticas do Estado.

Propomo-nos aqui a:

(...) iniciar o debate, afirmando a necessidade de aprofundarmos o assunto a partir da localização do docente, ou melhor, do trabalhador em educação, nas relações sociais do modo capitalista de produção, ou seja, localizá-lo no contexto da luta de classe, não apenas como sujeito, mas como ator do processo (BAUER, PAULISTA, DINIZ, 2013, p. 41).

O fenômeno da sindicalização docente é tardio, posto que o direito de sindicalização do funcionalismo público foi reconhecido tardiamente em escala mundial. Além disso, a ideologia capitalista impunha uma lógica de que dentro do próprio Estado não deveria haver luta de classes. Segundo Vaz, devemos compreender o sindicalismo docente brasileiro como um fenômeno recente. Se compararmos com o movimento operário, há um hiato de um século, pois o governo getulista havia proibido, em 1939, a sindicalização de servidores públicos por meio do Decreto-Lei nº 1.402, o mesmo que erigia estrutura sindical oficial (PEREIRA FILHO, 2019, p. 201).

Os professores do magistério público primário já se organizavam e lutavam no período do Segundo Império. Segundo Vaz, desde 1870, os professores já se movimentavam em torno da sua categoria profissional. A primeira associação de professores públicos será a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (ABPPSP), de 1901, impulsionando a criação de congêneres em outros estados da federação durante a Primeira República. Contudo o movimento tinha verniz mutualista, de modelo assistencialista, evadindo-se das características mais combativas que marcaram as organizações sindicais de outras categorias de trabalhadores, como a dos operários fabris. Situação que se reverteria com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 (CF/88), fazendo ressurgir as lutas do funcionalismo público, incluindo aí a classe do magistério, particularmente em razão da municipalização do ensino.

Importante ressaltar a repressão da ditadura civil-militar, com uso sistemático da tortura (pelo Estado) e de instrumentos de censura (ainda que isso não fosse propriamente uma inovação). Contra o movimento docente ela foi impingida de forma ainda mais violenta. Com militares invadindo escolas, prendendo estudantes e professores, e acionando mecanismos de

controle político e ideológico dentro das universidades, na forma de “assessoria” clandestinas. Mas foi exatamente nos “Anos de Chumbo” que a identidade dos “trabalhadores da Educação” começava a aflorar. Quando o privilégio das camadas médias começava a esgarçar – pelo fim do “milagre econômico” e o começo do “arrocho” salarial –, médicos, bancários e professores começaram a exigir reposição salarial, aproximando-se do movimento operário.

Para o pedagogo e historiador Ferreira Junior (2011, p. 51), o fenômeno da sindicalização docente só se constitui após o desenvolvimento autoritário das relações capitalistas de produção, durante as décadas de 1960 e 1970, exercendo importante papel no processo de transição democrática, por meio de suas lutas por melhores condições de trabalho. Na década seguinte, o movimento docente seguirá o “novo sindicalismo”, num processo de adesão ao sindicalismo de Estado, com suas premissas: 1) carta de autorização; 2) unicidade sindical; e 3) imposto sindical. *Passim*, ele representa, como vimos, a substituição do modelo mutualista pelo sindical combativo.

4 A FORMAÇÃO DO SINTEPFB

O conceito marxista de classe é revisitado em Lênin, em sentido antiesquemático e dirigido para a ação transformadora: a práxis, enquanto parte do método dialético como arma de luta da classe trabalhadora. Para esse revolucionário a análise concreta da situação concreta era a essência própria do marxismo. Para se dispor à luta, a classe trabalhadora precisava adquirir uma consciência de classe, de sua situação real de classe explorada. Porém essa consciência de classe não surgiria espontaneamente, mas seria mediada pelo partido, posto que portador dessa consciência. É, portanto, o partido que ligaria a teoria à ação do movimento operário (VIANNA, 2022).

Compartilhando a visão antimecanicista de Lênin, porém superando a noção marxiana de classe “em si/para si”, Thompson entendeu classe como um fenômeno histórico, longe das teleologias que a associavam puramente como efeito do processo de industrialização. Ele retoma o debate teórico-metodológico dando mais ênfase à consciência de classe e a centralidade dos mundos do trabalho ao fornecer uma concepção dinâmica das classes, através das noções de processo, experiência, fazer-se, etc. (MARTINS, 2006, p. 114).

A classe para Thompson acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. Essa inovação quebra com a forma binária de entender a classe: meios de produção – trabalhadores, e introduz um novo elemento: a experiência. Essa nova relação acontece da seguinte maneira: as relações sociais colocam os trabalhadores numa condição real de exploração. Essa exploração faz com que os trabalhadores compartilhem uma experiência de oposição de interesses aos de seus exploradores. A consciência de classe é a forma como essas experiências são elaboradas em termos culturais. Ou seja, a experiência é determinada pelos meios de produção, não a consciência de classe, que é o requisito para a própria classe no seu sentido maior” (BRUNOW, 2009, p. 2).

Claro está para Thompson que a classe só se constitui enquanto sujeito e ator social no fazer-se da luta de classes onde se constrói laços de identidade e solidariedade entre os trabalhadores. E isso ao enfrentarem juntos um inimigo comum: seja os patrões, seja o Estado.

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por

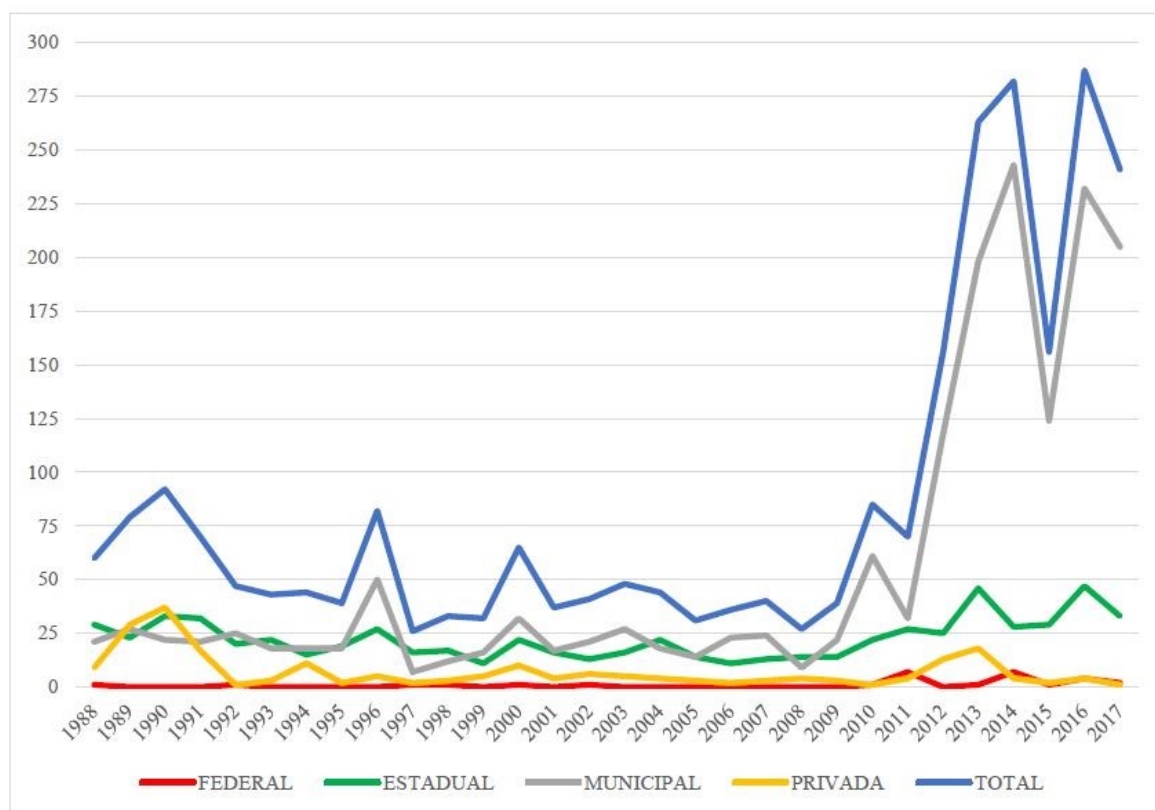
meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (THOMPSON, 2001, p. 274 apud MATTOS, 2005, p. 9).

Qual a condição primeira para existência de um sindicato? Como vimos anteriormente na gênese do movimento, certamente deverá haver um sentimento de injustiça, de exploração, de cerceamento de direitos. Mas não basta que condições objetivas estejam em marcha: é preciso que a consciência de classe exista para que haja uma ruptura do status quo vigente e a emergência da luta contra a opressão. Assim propugna o Manifesto Comunista de 1848:

Ora, a indústria, desenvolvendo-se, não somente aumenta o número dos proletários, mas concentra-os em massas cada vez mais consideráveis; sua força cresce e eles adquirem maior consciência dela. Os interesses, as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais, à medida que a máquina extingue toda diferença do trabalho e quase pôr toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo (MARX; ENGELS, 2008, p. 24-25).

Seguindo essa linha interpretativa, podemos imaginar que “o mesmo processo que permitiu a formação da consciência de classe do proletariado no espaço fabril ‘pode’ acontecer no espaço escolar” (BAUER, PAULISTA, DINIZ, 2013, p. 45). Isso se amplifica se pensarmos que a Educação (e por extensão seus profissionais) é um setor carregado de ideologia “oficial”. Mesmo assim, a sindicalização do magistério só tem aumentado desde a CF/88, assim como o quadro de moções populares.

Gráfico 1 – Evolução das greves na Educação Básica, no Brasil (1988-2017)



Fonte: VAZ, 2020, p. 80

Nas palavras de Rosângela Lorena Boldori Krug, professora de CMEI e uma das fundadoras do Sintepfb:

E aí, assim, surgiu o sindicato dos professores municipais, o Sintepfb (...). É, é dessa... do conquistar o direito (...). De se sentir lesado, de ver que você tem um direito, que é uma divisão de classe, que não é uma classe dividida (...). A classe dos professores municipais é uma só, é uma categoria dos professores (KRUG, 2023).

Dentre os diplomas legais da carreira docente, destacamos a própria CF/88, que no art. 23, prevê a valorização dos profissionais de ensino. A Carta ainda diz como isso se daria: através de plano de carreira para o magistério público e piso salarial, além do ingresso exclusivamente por concurso público (BRASIL, 1988). Em 1996, é promulgada a Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), fazendo eco à CF/88, também prevê a valorização dos profissionais da educação, incluindo a progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho (BRASIL, 1996).

A Emenda Constitucional nº 53, de 2006, alterou disposições da CF/88 incluindo a obrigatoriedade do plano de carreira e piso salarial nacional para os profissionais da educação escolar pública. Na sequência, em 2008, a Lei nº 11.738, regulamentava o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, uma exigência do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) (BRASIL, 2008).

O gráfico supra deixa claro o período de maior mobilização da classe docente, majoritariamente a municipal, a partir da Lei do Piso, corroborando a tese de que as reivindicações dessa forma particular de sindicalismo passam por questões políticas. E isso é confirmado nas entrevistas com os professores fundadores do Sintepfb. Conta-nos o professor Amauri da Rocha Nascimento:

A LDB que vai surgindo e questões que a gente via que não contemplava mais a Educação dentro do sindicato dos servidores. Porque nós tínhamos plano de carreira separado, diferenciado, eram regras do MEC (...). E a gente começou a perceber que dentro do sindicato dos servidores públicos não mais atendiam essas peculiaridades nossas, exclusividade que é da Educação (...). E aí chegou o momento em que a gente sentou com um grupinho de amigos, após uma assembleia dos servidores, geral, onde nós estávamos lá em mais da metade... bem mais, quase 100% na assembleia eram professores. E decidimos pela categoria dos servidores todos ou as coisas que se vinham. Eu saí para fora, saí revoltado da assembleia e disse: ‘Olha, quantos servidores tinham? (...). Ah, tinham uns dez. Quantos professores estavam? (...). Estavam mais de trinta! Então por que não criamos um sindicato para nós? (...). Para cuidar das nossas coisas, daquilo que nos pertence (...)’. A partir dali a gente começou a reunir um grupo de colegas que gostaram da ideia, aprovaram a ideia. E fomos somando, fomos somando: nós estávamos em cinco, um dia em oito, fizemos algumas reuniões: ‘E aí, como fazer a desmembração do outro sindicato? (...). Nós tínhamos um bom número já de servidores, de professores, quase 50% do funcionalismo da prefeitura era da área da Educação, então não tinha por que não fazer (...). Porque nós tivemos uma luta pra começar a luta, né, que foi criar o sindicato (...). Até convencer a atual diretoria que estava na época [2012] e os demais servidores e tudo que tinha que separar, então a gente teve que usar estratégias, artimanhas de estudo, de conhecimento, de demonstrar a nossa proposta do porquê (WEBER; RIBEIRO, 2023).

Compulsando os registros oficiais do Sintepfb e comparando com os relatos orais, observamos três reuniões oficiais em 2012 que definiriam os rumos do sindicalismo docente municipal de Francisco Beltrão. O primeiro aos 15 de maio, em que houve reunião da categoria da Educação municipal para “discutir a possibilidade de organização de um sindicato próprio”

e constituir uma comissão para tal fim”. Um segundo, aos 5 de junho em que a comissão se reúne “para pensar na organização de um sindicato próprio da categoria da Educação (...) e organizar os atos de mobilização da categoria”; e, finalmente, um terceiro, aos 21 de junho para “discutir a possível desfiliação do Sindisem e vinculação a um sindicato que represente especificamente os professores”, em cuja assembleia do Sindisem, essa moção fora aprovada por 81 (oitenta e um) votos favoráveis e 7 (sete) contrários (Sintepfb, 2012).

A partir de então, os professores municipais passariam a contar com sindicato próprio. Segue o professor Amauri, na mesma entrevista:

Oficialmente no dia 21 de junho de 2012 estava tudo coerente, já havíamos feito os trâmites legais que tinham que ser feitos, então a gente tomou posse como a primeira diretoria oficial do sindicato da Educação (...). Nós começamos praticamente em dez pessoas, oito eram da diretoria e dois filiados no sindicato. Então, desse passo ali que a gente deu hoje nós estamos com 80% mais ou menos dos professores filiados no sindicato (WEBER; RIBEIRO, 2023).

Anteriormente à criação do Sintepfb, os professores públicos municipais eram filiados ao Sindicato dos Servidores Municipais da Prefeitura de Francisco Beltrão (Sindisem). Segundo o relato dos entrevistados, os professores municipais não se sentiam representados pelo Sindisem:

Eu resolvi então convidar alguns professores que eu sentia que eram angustiados também com essas questões, para nós separar do Sindisem. Criar um sindicato próprio. A gente foi, estudou em busca das leis, em busca do que que era preciso fazer, com uma grande ajuda do pessoal da APP Sindicato, e a gente então conseguiu criar esse sindicato exclusivo da educação (...). **Então a gente teve toda uma caminhada voltada a isso** (...). Eles tinham, por exemplo, uma professora que era do CMEI, ela tinha sim aquela insatisfação porque ela fazia a função de professor, mas não era conhecida como professora (...). E a gente começou a jogar essa semente, ‘ó, você é professor, você não é tio, você não é tia’ (...). Então a gente ia para as escolas, a gente fazia reuniões, reunia grupos e colocava isso: ‘Olha o que está aqui na lei, você é professor! Mas você não está sendo considerado professor. Então nós precisamos lutar por isso. Nós temos que fazer. Olha a diferença do teu salário com o do professor’ (...). Aí quando eles viam a diferença salarial, eles diziam: ‘Então vamos! Então vamos!’. Eles vinham (...). E foi assim que a gente foi crescendo (...). [Reunião] Nas casas, nas escolas, aonde tinha lugar (...). Às vezes não cediam uma salinha para nós, porque não queriam que nós criássemos, a gente ia para debaixo das árvores, lá, e fazia [reunião] (...). Ia para uma escola e fazia. Ia na casa de um colega e fazia (...). Era assim, sabe... Como a gente tinha a fatia maior de filiados no sindicato, era de professores, então veio na ideia, veio na cabeça de um dia, ‘não, vamos desmembrar então do Sindisem, vamos criar um sindicato próprio para a educação, para cuidar dos direitos da educação’ (...). A princípio, essa ideia partiu praticamente de mim, né... A gente tinha uma participação ativa dentro do sindicato, e aí a gente começou a conversar com algum grupinho de professores (...). Eu já fiz parte deles, também fui um dos iniciantes, um dos fundadores do Sindisem (...). E como a gente já tinha essa experiência da criação do Sindisem, eu fui “contaminando” os professores (...). **O outro sindicato na época, não queria que a gente criasse o nosso sindicato, e a gente foi formar um grupo de estudos sobre o sindicalismo** (NASCIMENTO, 2023, grifo nosso).

Eles não queriam desmembrar (...). ‘Não, vamos arrumar, vamos fazer comissão de educação, comissão de não sei o quê, comissão de não sei o quê, não precisa desmembrar’ (...). Não queriam! Imagina! (...). Financeiramente, compensavam os professores, era a maioria! (...). Na verdade, praticamente mingou o negócio deles (PRESTES, 2023).

E daí a gente começou a participar das reuniões e vinha em final de ano as discussões sobre o reajuste, a data base, a gente começa a compreender essas coisas, né... (...). E nós fazíamos parte do sindicato dos funcionários municipais, que é o Sindisem (...). Mas, não, nós temos que ter um sindicato próprio. A gente percebeu isso, porque nós tínhamos esse anseio da igualdade, da equiparação salarial, mas isso não entrava no sonho de ninguém aqui, né... (...). Aí veio a Lei do Piso, que era de 2008, a lei do piso já existia, né...(...). a gente percebeu que nós precisávamos de um sindicato próprio, pra lutar por essa equiparação salarial, pra essa valorização dos professores municipais como um só, uma categoria única, e não o professor de escola uma coisa, o professor de CMEI, que era educador infantil, outra coisa (...). Foi o Amauri (...). Na hora de montar a chapa, nós deixamos ele na cabeça, porque tinha mais professores de escola do que de CMEI (...). E os professores de escola tinham maior confiança nele (...). Então, eu fiquei como secretária na época, porque a secretária substituíra o presidente, em caso ele desistisse ou faltasse (...). A partir do momento que faz uma assembleia, forma uma comissão, a primeira coisa que nós fizemos foi uma comissão para fundar o Sindicato(...). Então nessa comissão estava eu, o professor Amauri, os demais professores (...). Uns doze, eu acredito que tinha aí uns seis escolas e seis de CMEI (...). **Até hoje, se você ouviu, o pessoal fala aqui que a força está com os professores CMEI, porque eles sabem que o Sindicato existe por causa dos professores do CMEI, né...** (KRUG, 2023, grifo nosso).

Também houve o protagonismo de sindicalizados a APP-Sindicato, que já tinham um histórico de lutas estudantis e sindicais, e a ligação com a esquerda progressista da Igreja católica. Os demais servidores da Prefeitura não se sentiam confortáveis com a lei que diferenciava o salário dos professores (segundo relatos, havia em torno de setenta e duas categorias profissionais). Todo esse caldo foi o piparote para que um grupo de docentes engendrassem, aos 15 de maio de 2012, uma mobilização em assembleia para montar um sindicato exclusivo para os profissionais da educação municipal. Esse grupo era equilibrado pela relação meio a meio entre professores de escolas e de CMEIs.

Figura 2 – Dia da luta pelo plano de carreira em frente a Prefeitura de Francisco Beltrão (PR)



Fonte: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/08/prefeitura-e-servidores-de-francisco-beltrao-fazem-acordo-sobre-carreira.html/> (22/08/2013)

Foi um momento de muito debate e reuniões. E também de aprendizado coletivo. Uma das professoras informou que muitos desconheciam o direito a licença remunerada para estudos (DAL ZOTTO, 2023). Graças à atuação de entidades como a Assesoar, APP, Unioste, entre outras, esses e outros direitos puderam ser levados à baila em mesas de negociação com o Executivo municipal. O que as fontes corroboram é que as ações do Sintepfb estavam articuladas a outras organizações que também atuavam na perspectiva da luta da classe trabalhadora.

Foi em 1989, quando surgiu o sindicato dos servidores públicos de Francisco Beltrão. E do qual a gente já estava desde a primeira assembleia de criação deste sindicato (WEBER; RIBEIRO, 2023).

Com uma grande ajuda do pessoal da APP Sindicato (...). Na época, eu fazia faculdade de História em Palmas, mesmo lá não sendo muito sindicalista, mas a gente tinha já uma concepção, acho que nata, de sindicato, né... (...). A gente sempre tinha mais linha esquerdista, onde era mais visibilizado o sindicato (...). Era um momento onde a CUT [Central Única dos Trabalhadores] era bastante atuante, né... (...). E a gente sabia que era um momento ideal se criar sindicato (...). Mais ligação porque eu já fazia parte da rede estadual e participava da APP, né? (...). APP tem mais de 60 anos.(...)Então, o alicerce mesmo, a base, foi o que a gente aprendia nas lutas do Estado, né? (...). Daí, como eu era funcionário do Estado, para nós do Estado, essas horas, eu sou concursado vinte horas no Estado (era porque vinte horas no município), mas eu podia pegar aula extraordinária (NASCIMENTO, 2023).

Aí, com certeza, desde o início, acompanhando inclusive o primeiro financiamento que o Amauri fez no nome dele, para pagarem o advogado, para pagarem o primeiro... (...). Não teve muita influência (...). Uma vez que o objetivo da categoria era muito grande (...). Da categoria, o objetivo era muito consciente (...). Foi a união, foi o objetivo da categoria (...). E o Amauri, que trouxe todo esse conhecimento dele de luta... (...). Foram buscar em outros municípios... (...). Leitura, apoio... (...). A intenção, o objetivo dele é defender o trabalhador (...). E aí você busca nessas raízes, nesses princípios, nessas ideologias... (...). E tendo em vista, é impossível não falar da CUT, do Lula (...), da representatividade dele, né... (...). Trazer o peão até a base, lutar pelos seus direitos... (...). Fazer com que ele se veja pertencente à classe (...). O sindicato, a luta sindical nasce dessa esquerda...(...). Que não aceita tanto a opressão, que vai atrás dos seus direitos (...). Teve estudo, teve noites de estudo... (...). Teve estudo final da tarde, teve estudo durante o período... (SETTI, 2023).

Os professores de escola estavam contentes, digamos assim, com o salário deles, tinha o reajuste (...). Os professores de CMEI, alguns já tinham esse descontentamento, mas não sabiam como lutar (...). Porque aí eu comecei a pensar, nós temos que ter um jeito de fazer com que a lei se cumpra, de mudar essa realidade, né... (...). Aí eu busquei a APP-Sindicato, com as pessoas que eu conhecia, assim, eu fui observar na APP-Sindicato, saber como é que se faz um sindicato dos professores (...). Até lá, ainda, o professor (...) me deu as coordenadas, ele disse: ‘eu acho bem importante vocês terem o sindicato de vocês, nós não podemos ter vocês conosco, porque a gente já dá amparo pra toda a região, então fica difícil... pegar mais um, a gente não vai dar conta também (...). E o que vocês querem, eu acho que é ter o sindicato de vocês mesmo, então vocês têm que fazer o sindicato de vocês’ (...). E daí ele falou assim, ele, a professora (...) também estava lá naquele dia, são professores do estado: ‘tem o professor Amauri dos professores da escola, tem a professora Valdez da escola, tem o professor Afonso’. Falou o nome de alguns professores, e ‘esses professores que vivem sempre na luta, eles há tempo já falam que gostariam de ter um sindicato’ (...). E foi uma das pessoas que a APP-Sindicato indicou como alguém que está sempre na luta (...). É, a APP-Sindicato que indicou pessoas da escola que eu pudesse ter contato, porque eu só sabia professoras desse CMEI (...). O professor Afonso Nunes Prestes, também muito de carreira, agora aposentado também, foi um que eu busquei na época e que sempre deu

o direcionamento(...). E o professor Afonso, na época, ele era aquele que dizia, ‘vão que vocês estão certos, não desistem, né...’ (...). A minha pessoa de maior confiança, assim, era o Afonso (...). Porque ele ouvia a gente dizendo: ‘vocês estão certos, vão por esse caminho’ (...). **É, mas foi bem antes, então tu veja que em 2010, provavelmente a gente já estava nesse processo de diálogo com o Sindisem para sair, e em 2011, provavelmente o Sindicato já estava formado** (...). Eu acho que foi uma época bem favorável, porque nacionalmente era o Lula, Dilma, né... (KRUG, 2023, grifo nosso).

E foi aí que a gente foi começando a estudar, verificar, incentivar e ler muito, né, que a Lei do Piso (...). Porque a gente teve bastante ajuda da Assesoar, que a gente fosse procurar ajuda da Unioeste, da faculdade, né? Vários professores ali auxiliaram nós, né, para que a gente, ia pedir auxílio dos outros sindicatos também, né? (...). Isso auxiliou muita gente a pensar, porque a maioria que estava no grupo era filiada a um partido, e a maioria era do partido trabalhista, né? (...). [Assesoar] colaborou, porque assim, quando nós precisávamos de algum material, alguma coisa, a gente foi procurar com eles, né, que eles também auxiliaram, assim, alguns encontros, a gente fez muito curso, muito curso com o pessoal do Assesoar, com os movimentos, com os outros sindicatos, com o pessoal, então tudo que tinha ligado a isso a gente foi aprendendo, né... (...). APP-Sindicato (...), mas eles orientaram que nós seríamos mais fortes se criássemos um [sindicato] próprio (...), até o pessoal que era da Unioeste, né, que tinha sindicato, ajudou nós (...), gente que já tinha esse conhecimento que ajudou nós, né? (...). No sindicato, eles aprenderam muito, assim, nós aprendemos muito e nós estudamos muito, né... Por exemplo, pra fazer o nosso plano de carreira a gente fez sozinho, não precisou de ninguém, de auxiliar, nós mesmos lendo, fomos criando ele (...). **A nossa conquista também foi de estar ali, os professores, né, mesmo tendo mais engajado, estudando mais** (DAL ZOTTO, 2023, grifo nosso).

[Meu pai era] do Grupo dos Onze, do Brizola (...). Porque eu sempre fui da frente de luta e do lado da esquerda (...). Então, assim, tanto que num determinado tempo eu sou um dos caras que ajudou a fundar o PT aqui em Beltrão (...). Lutei muito com a Assesoar na questão da agricultura familiar (...). Eu fiz a articulação do povo pra montar esse sindicato (...). ‘Mas, assim, como nós não vamos ser representados lá, você consegue fazer alguma coisa que nos represente?’ (...). O que nos representa? O sindicato nosso! (...). E aí eu articulei porque eu tinha uma relação muito bacana com os diretores da escola (...). Tinha um grupo grande de diretores, que daí os diretores faziam articulação dentro da escola para desfiliar do Sindisem e filiar no Sintepfb (...). Os diretores eleitos. Hoje já é o prefeito que escolhe (...). Porque eu trabalhei quatro anos na Secretaria Municipal de Educação (...). Eu trabalhei de 1996 a 2000 na Secretaria (...). Nós tínhamos articulação, era muito mais... o número era muito maior (...). Porque as outras categorias não tinham sindicato organizado, **quem organizava e fazia assembleia... eram os professores que tocavam** (...). Era ativa, só não foram votar (...). E daí esse era a mágoa dos outros servidores (...). ‘Só porque que eles têm e porque que nós não temos?’ (...). E a gente não conseguia levar tudo junto, porque a educação tinha verba carimbada (...). Essa história da Educação Infantil como um processo educativo, do cuidar e educar juntos (...) isso tem muito material sobre o cuidar e educar, que o cuidar não fica separado do educar, e o educar não fica separado do cuidar (...). Que quando você cuida, você educa, quando você educa, você cuida. Então isso é do tempo do Lula (...). Então tem muitas escritas, muitas bibliografias³ que falam sobre isso (PRESTES, 2023, grifo nosso).

³ Aqui muito provavelmente ele faça referência, entre outros autores, à obra de Paulo Freire, em especial ao livro lançado em 1993, “Professora, sim; tia, não – cartas a quem ousa ensinar”. Vale lembrar que em 1964 o educador teve seus direitos cassados pela ditadura militar e se exilou no Chile. Foi ali – onde ficou por quatro anos trabalhando em programas de alfabetização – que entrou em contato com outros exilados e escreveu sua obra-prima, “Pedagogia do Oprimido”. Essa vivência no Chile mudou a perspectiva política de Paulo Freire: sem abandonar a concepção progressista (existencialismo cristão), aproxima-se das ideias marxistas. Em linhas gerais ele vai falar da impossibilidade de diálogo entre opressores e oprimidos. Então qual é o diálogo que se deveria

Somado ao perfil combativo do coletivo de professores que funda o Sintepfb, em nível federal a valorização da carreira do magistério era debatida, incluindo paralizações programadas para o dia 15 de março de 2012, pelo piso nacional, incluindo a hora atividade de um terço e destinação de parte do Produto Interno Bruto (PIB) para a Educação (REDAÇÃO, 2023). Outro fator que se somava aos protestos dos sindicalizados era que a questão de quem seriam os profissionais da educação que a lei mencionava. Os servidores públicos que atuavam em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) não eram considerados professores. Eram classificados como monitores ou auxiliares de Educação Infantil. Essa luta fez com que se unisse a classe docente do magistério público municipal. Além disso havia o caso das ampliações de jornada de trabalho (AJT) que não contava para a aposentadoria. E a própria elaboração e aprovação do plano de carreira dos professores municipais.

Então o sindicato dos servidores municipais de Beltrão era um sindicato só (...). Abrigava todas as categorias da Prefeitura (PRESTES, 2023).

Nós éramos interligados ao outro sindicato, mas como nós tínhamos um plano de carreira diferenciado dos outros, algumas coisas eram deixadas para trás: lutava-se no coletivo e o que era do professor ia ficando, né, ia deixando... (...). Daí surgiu a Lei do Piso, nós ficamos para trás, porque eles não lutavam pelos nossos objetivos, lutavam pelos cargos em geral, né, e ficou... (...). E eu mais entrei porque a gente tinha um regime suplementar, que era o tal do AJT (...). E nós, como diz o outro, a gente não era, não tinha registro, era como professor fictício, não existia, né, que nem... (...) os professores de Educação Infantil eram tratados não como professores, como monitores, e nós éramos tratados como AJT, né (...). A Educação Infantil também não ganhava a Lei do Piso, ganhava menos, né, não tinha os mesmos direitos, não era considerado professor. Então, tudo foi se atrelando pra gente montar um [sindicato] próprio nosso (...). **Eu digo assim, foi umas professoras de Educação Infantil, né, também que incentivaram nós a pensar** (...). Assim, foi bem difícil porque a gente começou sem um real, o nosso sindicato que nós se desligamos era pra repassar os valores, não passou, então assim, a gente não tinha nada de nada (DAL ZOTTO, 2023, grifo nosso).

Então, o Sindisem atendia todos os funcionários públicos de Francisco Beltrão (...). Porém, não havia, assim, uma dedicação para a Educação, então eles tinham que atender a todos (...). E nós tínhamos, então, aquela questão da LDB, que nos dá alguns direitos diferenciados, o tratamento é diferenciado (...). E aí, nós tínhamos, inclusive, um dos grandes ‘calos’, uma ansiedade que se tinha, é que o município de Beltrão praticamente já era um dos únicos que tinha os professores de CMEI, exercendo a função de CMEI – inclusive com concurso público exigido o magistério para fazer o concurso –, mas eles tinham outras nomenclatura (...). E aí não dava direito a eles de receber o salário de professor, os direitos de professores (...). Então, vinculado só com essa problemática, que tinha a problemática dos educadores infantis, que hoje são professores de Educação Infantil, na época eram cuidadores, tinham outros nomes, né... (...). E aí juntamos também com as diretrizes curriculares da LDB, que garantia que nós tínhamos que ter um plano de carreira próprio, único (...). Então assim, você tinha concurso de vinte horas, mas o professor trabalhava quarenta horas (...). Das vinte que ele trabalhava, legalmente, descontado o (...) fundo próprio da aposentadoria, e das outras vinte não era descontado e não contava como tempo de serviço (...). Então você trabalhava trinta anos com quarenta horas e se aposentava com vinte (...). Eu via isso e ficava maluco (...). Esse foi um dos pilares da criação do

construir? É exatamente entre os oprimidos, pois são esses que constroem a História. Lembremos que Paulo Freire participou ativamente do Partido dos Trabalhadores, desde a sua fundação na década de 1980. Integrou a Comissão de Educação do partido e foi Secretário de Educação da cidade de São Paulo. Legou textos clássicos de formação e reflexão política e atuou na formulação de políticas públicas em Educação. Logo, é inegável a influência do pensador na militância do PT.

sindicato (...). **Era o plano de carreira e a legalização dos professores da Educação Infantil** (...). Os professores da Educação Infantil, eles não eram considerados professores (...). Então a gente tinha uma meta: que nós tínhamos que transformar eles em professores, garantir isso no plano de carreira (...). Se o concurso exigiu a formação no magistério, você é professor! (...). E eles tinham outro nome, vários, três nomes eles tiveram (...). E aí não vinculava o salário deles com professores (...). Era educador infantil, era tudo que era outra coisa, menos professor (...). Se pediu magistério, é professor (...). Agora, se querem te chamar de ‘tio’, de ‘tia’, de qualquer nome, não interessa: pra salário é professor (...). O outro passo era, concurso de vinte horas, trabalhava quarenta (...). **Vinte horas você tinha seus direitos para aposentadoria, e vinte horas não** (...). Então era uma outra coisa do que a gente achava injusto (...). Então foi (...) na criação do sindicato que a gente entrou para fazer com que ele reconhecesse esse tempo pra aposentadoria (NASCIMENTO, 2023, grifo nosso).

Os CMEIs tinham nomenclatura e salário não condizentes com a função (...). O professor de escola, nós trabalhávamos vinte horas de concurso e as outras vinte horas nós tínhamos o chamado AJT, ampliação de jornada de trabalho (...). Só que era frio (...). Não descontava nada, não conta pra carreira (...). Mas aí, **olha a importância da luta sindical: (...) enquanto buscávamos para o CMEI o nome e as condições dignas de ser professor de CMEI, os da escola tinham a questão da luta do AJT, para regularizar** (...). Mas aí, **a criação do sindicato se dá nesse processo da necessidade de entender a especificidade da categoria** (SETTI, 2023, grifo nosso).

Cheguei lá, eu vi a realidade do trabalho, eu já comecei a compreender que havia uma diferenciação salarial entre professores de escola e de CMEI aqui em Francisco Beltrão (...). Procuramos compreender qual que era o cargo, qual que era a função, o porquê dessa diferença (...). Percebemos que pelas leis da LDB (...) ali, ela dizia que o cargo de professor é o mesmo (...). Não diferenciava o professor de escola e de CMEI na questão de valorização (...). Porque nós somos professores, tanto quanto os professores escola (...). O primeiro concurso era monitor, monitor de creche (...). Monitor e depois, pra fazer uma adequação com a lei nacional, transformaram em educador infantil (...). E delimitaram pra trabalhar nos CMEIs, mudaram o nome de creche pra CMEIs também (...). Um plano de carreira para a Educação, uma lei que valorize o professor desde o começo e vem a sua carreira (KRUG, 2023).

Por princípio, a unicidade sindical deveria dificultar a fragmentação do sindicato, contudo essas particularidades locais alteraram o metabolismo dentro do Sindisem. É certo que a morfologia sindical se apresenta de várias formas: integrados aos demais servidores municipais, pela APP, ou por sindicato próprio. Ocorre que no Estado do Paraná, somente 8% dos sindicatos de professores públicos municipais são próprios (municipais ou intermunicipais) (VAZ, 2020, p. 115). Porém, a conjuntura política nacional e municipal naquele momento era propícia para a formação do sindicato, segundo relatos. Outro fator é o peso da massa de trabalhadores da Educação no total de filiados do Sindisem, à época. Consta dos relatos que dos cerca de oitocentos sindicalizados em 2012, três quartos, aproximadamente, eram professores (KNIPHOF, 2023).

E uma delas era a questão salarial, porque nós vimos, então, quando foi criado a criação do nosso piso salarial, eles não concordavam que os professores ganhassem o aumento diferenciado (...). Então, a gente criou o sindicato nosso a partir dessas desavenças de direitos, né... (...). ‘Não, mas nós somos a maioria e não temos, assim, uma luta, uma organização total nossa’ (...). **Então, os servidores públicos não vinham com nós e nós não podíamos entrar em greve, porque não tínhamos apoio do sindicato** (...). **Então não tinha aquela união coletiva do sindicato, então o sindicato representava o serviço público, no papel, na teoria; na prática, não nos representava** (...). Até porque a gente se sentia bem inferiorizado ao Estado (...).

Então, a diferença salarial era grande e não tinha quem... (...). O salário de um professor municipal (...) era metade, menor do que do Estado (...). Porque nós não tínhamos plano de carreira (...). Quando nós começamos o sindicato, a gente já começou com essa luta do plano de carreira (NASCIMENTO, 2023, grifo nosso).

Dois dos entrevistados – que disputaram a eleição para presidência do Sindisem em 2012 – construíram uma memória muito própria sobre o evento. Cruzando os depoimentos dos sindicalizados, matéria de jornal (PEGORARO, 2012) e atas (SINTEPFB, 2012), é possível compreender que para esses sujeitos a desfiliação do Sindisem e a fundação do Sintepfb ocorreu devido à perda desse pleito. Uma das chapas, de cujo presidente, à época era Afonso Nunes Prestes (PT), que era professor – e, portanto, favorito a vencer o pleito –, foi derrotada pela chapa encabeçada pelo engenheiro civil da Prefeitura, José Carlos Kniphoff (PDT).

Eu fui vice-presidente do sindicato na gestão do João, o João dentista (...). Eu era vice-presidente, tinha pouca atuação, não tinha muita atuação, assim (...). E aí o João falou: ‘Afonso, tem que você ser o candidato, você tem uma passagem boa por aí, né? (...). E daí, pra nós manter esse negócio unido aos professores e também manter unido os servidores municipais’ (...). E aí que surgiu duas chapas (...). Uma chapa nossa, que era encabeçada por mim e uma série de outras pessoas (...). E outra chapa encabeçada por o Kniphoff (...). E o Kniphoff... ganharam a eleição por quatro votos (...). Saindo da eleição, eu disse pro pessoal: ‘Pessoal, não tem mais o que nós ficar discutindo, vamos separar os sindicato’. Vamos separar os sindicato (...). ‘O que tem que os professores vão andar a reboque dos servidores municipais, né? (...). Bom, eu tô saindo de uma eleição, tô perdedor de uma eleição, né? (...). Eu não posso encabeçar esse processo (...). Então, como é que vai se encabeçar?’ (...). Aí teve o Amauri, teve outro pessoal que encabeçaram o processo de criação desse sindicato (...). Começaram a pensar no estatuto, toda a história (...). E aí surgiu o Sintepfb, que é o sindicato dos professores do qual eu sou filiado até hoje (...). **E só surgiu porque nós perdemos a eleição (...). Senão, não teria o sindicato dos professores (...). Se nós tivéssemos ganho a eleição com aqueles seis votos que deu a mais, não teria hoje talvez o sindicato (...). Posso explicar: porque se eu ganho a eleição, não ia dividir os professores do resto do funcionalismo (...). A maioria eram os professores (...). Eu era professor (...). Então, eles não se separariam (...). Como perdemos por uma margem muito pequena e nós não teríamos espaço os professores dentro do sindicato, nós rachamos e fizemos o nosso (...).** Então não se sentiam mais representados (...). E a partir do que não se sentiram mais representados, montaram o seu próprio sindicato pra ter a representatividade dos professores, que era a maioria (PRESTES, 2023, grifo nosso).

E quem fervia eram os professores (...). Os outros servidores sempre iam ‘a tiracolo’ nos benefícios (...). Então, os professores se queixavam muito e isso estava muito latente (...). **Como ele [Afonso] era professor, a comissão, a maioria eram professores, a tendência dos melhores benefícios e fazer um plano diferenciado para eles e outro para nós nos causou dissabores (...).** Então a gente teve um conflito, daí a gente começou a conflitar, eu com o professor Amauri e com o Afonso (...). Ali no final de 2012 (...) fizeram eleição para o sindicato dos servidores com o favoritismo amplo do Afonso Nunes Prestes, que era o candidato do antigo prefeito e era do MDB... daquele grupo político e tal (...). Aí eu entrei concorrendo com o Afonso [pela] presidência do sindicato, do Sindisem (...). **Este elo de transição foi o que gerou essa separação dos sindicatos (...).** Aí o João Felipe Costa era o presidente (...) e o Afonso era vice (...). Eu ganhei por dezesseis votos do Afonso a eleição (...). **Mais ou menos em torno de uns oitocentos servidores (...). É, mas colocando que duzentos e vinte eram servidores públicos, o resto tudo era professor (...).** Sim, era três por um garantido, mais ou menos (...). Ou seja, quase todos os professores eram sindicalizados (...); e os outros não! (...). Os outros não, nem queriam saber (...). Aí eu falei assim pros piá: ‘Mas só que nós estamos entrando com o sindicato enfraquecido (...). E esse racha não é bom nem pro Sindisem e nem pro Sintepfb, na minha concepção’ (...). Mas vou dizer, eu tenho uma leitura hoje de que foi bom ‘pros’

dois (...). Mas, em princípio, eu estou reconhecendo que os outros servidores não tinham vontade de lutar, como tinham os professores (...). Em compensação, os professores, por essa inércia do servidor, os professores meio que canalizavam pro lado deles (KNIPHOF, 2023, grifo nosso).

Porém não há elementos substanciais nos relatos que sustentem, de fato, que a criação do Sintepfb se deu a partir da derrota eleitoral. Também não transparece apontamentos sobre a não criação do Sintepfb caso a chapa derrotada saísse vencedora. Mas para ambos, vencedor e vencido, isso causou descontentamento da classe docente, que, segundo relatos, dava a eleição como líquida e certa. De fato, quarenta e cinco dias depois estaria montado o novo sindicato!

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a atuação da ala progressista da igreja Católica e do Partido dos Trabalhadores, entre outros, deitaram raízes na luta sindical em Francisco Beltrão. O que coloca em xeque a tese de que havia uma articulação necessária entre a eleição do Sindisem e a criação do Sintepfb, como se a derrota da chapa composta pelo professor Afonso (que reunia em torno de si os professores municipais) fosse a antessala do processo de formação do Sintepfb.

Porém, ignorá-la seria tão ingênuo quanto superestimá-la. As consequências da derrota denotam sintomas da consciência de classe do magistério municipal. Processos históricos são muito menos grandes ocasiões do que movimentos graduais, jogos de força, resultados desses jogos de força, permeados por acontecimentos que vão reafirmando o fluxo de outros acontecimentos e vão criando o devir. O que não diminui em nada a importância da eleição de 31 de março de 2012 como um evento histórico, porque a importância dos eventos não é data apenas – ou exclusivamente – pelos seus desdobramentos futuros, mas sim seus significados na sua própria época. É possível com a distância histórica podermos cravar que um determinado evento, um determinado processo, teve uma importância especial porque foi prenhe de resultados ulteriores, mas devemos avaliar aquele evento na sua própria época.

Porque nós, educadores infantis, estávamos tão decididas a fazer o nosso sindicato, que se os professores não quisessem sair do outro pra fazer, nós íamos fazer o sindicato das professoras da Educação Infantil (...), porque nós não podíamos continuar naquela situação de diferenciação salarial (...). Então, procurando os outros professores, marcamos uma primeira reunião lá no colégio do professor Amauri, que o professor Amauri era diretor (...), lá no Cristo Rei (...). Veio os outros professores de escola e lá a gente conversou (...). Se eu não buscasse os professores da escola, nós íamos fazer um sindicato só da Educação Infantil (...). Mas, como a APP disse, ‘não, eles, os professores das escolas, também querem’, né... (KRUG, 2023, grifo nosso).

Em linhas gerais vemos o sindicalismo docente atado à estrutura do Estado. Sua órbita de ação gira em torno de lutas políticas e demandas salariais. E apesar do diploma legal que funcionou como motor da luta do magistério público de Francisco Beltrão (PR), a Lei do Piso, ser uma lei federal, seus reflexos se deram em nível municipal. Devido ao crescimento da agenda neoliberal, de um Estado enxuto (para a classe trabalhadora), as lutas ofensivas passaram a defensivas, com notórias perdas de direitos (teto de gastos) e ataque ao funcionalismo público (achatamento salarial, contratação de PSS, o descumprimento do piso salarial e da data-base, a retirada de direitos, como licenças e progressões). Tal é a luta recente pela integralização do piso em todos os níveis do plano de carreira (e não apenas no primeiro nível).

A aproximação entre o sindicalismo operário e o docente se dá pelas lutas em torno dos salários. Ambas se relacionam na atualidade por adotar uma política de conciliação de classes. Contudo, num período histórico de cerceamento da democracia (ainda que burguesa) são os professores que estão indo às ruas lutar pelos seus e os nossos direitos.

Assim como a luta dos escravos de ganho da Bahia do século XIX e a operação tartaruga dos operários fabris paulistas, p. ex., aprendemos a perceber na luta pela criação do Sintepfb, que a organização da classe trabalhadora no Brasil, ao longo do tempo, teve relação com as demandas internas à classe em formação, como nos informa Thompson. Dada a história dos membros fundadores do Sintepfb, podemos constatar a consciência de classe dos mesmos, sem a qual a luta já estaria vencida antes mesmo de começar. Outra característica vislumbrada nas manifestações populares, nas reuniões sindicais que participei e ouvindo as entrevistas dos sindicalizados, fica claro que algumas práticas de coronelismo e clientelismo ainda teimam em existir. A proximidade das esferas de poder municipal, as relações de fidelidade profissionais ou pessoais, o medo da retaliação, são ameaças que muitos preferem evitar.

Não raro, os sindicatos são aparelhados pelo governo local. Quando não, usa-se de outros expedientes como a cooptação de servidores para ocupar cargos de direção, a bonificação de professores com contrato temporário (PSS), a criação de cargos comissionados, e por aí vai.

Obviamente o formato aqui adotado não dá conta de todas as lacunas da pesquisa. Deixamos em aberto indagações para estudos posteriores sobre temas gerais. O fracionamento em pequenas organizações é estruturante, sistêmico, como projeto de Estado? (DAL ROSSO, 2013, p. 65-67). Até que ponto as questões de gênero no sindicalismo docente – relacionado à concepção vocacional da educação que moldava a subjetividade e a concepção de identidade dos educadores – emerge e se apoia sobre uma base constituída por mulheres? (FERREIRA, 2013, p. 86-91). Como atuou o Executivo municipal no processo de fragmentação sindical? Que divergências havia entre os sindicalizados do Sindisem contrários à transição? Como a obtenção de recursos financeiros (imposto sindical) do Sindisem impactou a formação Sintepfb? Qual a influência de organizações como o Rotary Club, p. ex., no sindicalismo municipal?

Contudo, sobressai a máxima de Engels: “grandes sindicatos (...) representam um poder que todo governo da classe dirigente, seja liberal ou conservador, não pode negar” (2008, p. 74).

REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS

Atas

SINTEPFB. **Livro ata nº 01 (atas de 15/05/12 a 06/03/14)**. Francisco Beltrão: SINTEPFB, 2012.

Entrevistas

DAL ZOTTO, Roseli Guedes. **Roseli Guedes Dal Zotto**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. 1 áudio (34 min). Francisco Beltrão/PR, 5 mar. 2023.

KNIPHOFF, José Carlos. **José Carlos Kniphoff**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. 1 áudio (48 min). Francisco Beltrão/PR, 5 mar. 2023.

KRUG, Rosângela Lorena Boldori. **Rosângela Lorena Boldori Krug**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. 1 áudio (42 min). Francisco Beltrão/PR, 5 mar. 2023.

NASCIMENTO, Amauri da Rocha. **Amauri da Rocha Nascimento**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. 1 áudio (55 min). Francisco Beltrão/PR, 2 mar. 2023.

PRESTES, Afonso Nunes. **Afonso Nunes Prestes**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. 1 áudio (41 min). Francisco Beltrão/PR, 6 mar. 2023.

SETTI, Valdenice Maria da Silva. **Valdenice Maria da Silva Setti**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. 1 áudio (47 min). Francisco Beltrão/PR, 5 mar. 2023.

WEBER, Denner Wynderson; RIBEIRO, Carlos Gabriel. [Entrevista cedida por] Adecir Rodrigues da Silva e Amauri da Rocha Nascimento ao Programa Quem Sabe Faz a Hora. Francisco Beltrão: Web Rádio News, 28 mar. 2023. 1 vídeo (94 min), color. Disponível em: <https://fb.watch/knpJVDQhhO/?mibextid=1YhcI9R>. Acesso em: 28 mar. 2023.

Jornais

PEGORARO, Adolfo. Sindisem: Eleição do dia 31 de março terá duas chapas. **Jornal de Beltrão**, Francisco Beltrão, 28 mar. 2012. Disponível em: <https://jornaldebeltrao.com.br/geral-arquivo/Sindisem-eleicao-do-dia-31-de-marco-tera-duas-chapas/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

REDAÇÃO. Servidores de Beltrão aprovam plano de carreira. **Jornal de Beltrão**, Francisco Beltrão, 28 fev. 2012. Disponível em: <https://jornaldebeltrao.com.br/beltrao/servidores-de-beltrao-aprovam-plano-de-carreira/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **O que é sindicalismo**. 10. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985. (Coleção primeiros passos, 3).

BATALHA, Cláudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. *In*: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889- 1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BAUER, Carlos; PAULISTA, Maria Inês; DINIZ, Cássio. O Sindicato na Sociedade Capitalista e a Exterioridade do Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil. *In*: BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio; PAULISTA, Maria Inês (orgs.). **Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

BOITO JÚNIOR, Armando. De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, ed. 3, 1994. p. 23-28.

BOITO JÚNIOR, Armando. **O Sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise da estrutura sindical. Campinas: UNICAMP, São Paulo: HUCITC, 1991.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, DF, [2008]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRUNOW, Vanessa de Oliveira. Thompson, Classe Social, trabalhadores, movimentos sociais e filantropia: um estudo sobre o uso conceitual nas experiências dos trabalhadores no Brasil nas décadas de 1970, 1980 e 1990. *In*: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: ANPUH, 2009.

DAL ROSSO, Sadi. Categoria Profissional e Base Municipal nas Raízes da Fragmentação Sindical. *In*: BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio; PAULISTA, Maria Inês (orgs.). **Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. Os Sindicatos II. *In*: AGUENA, Paulo (org.). **O marxismo e os sindicatos**: Marx, Engels, Lenin e Trotsky. São Paulo: Sundermann, 2008.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. Movimento de professores e organizações de esquerda durante a ditadura militar. *In*: DAL ROSSO, Sadi (org.). **Associativismo e sindicalismo em Educação: organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. O Associativismo e o Sindicalismo de Trabalhadores em Educação na Voz dos Seus Protagonistas – Reflexões Desde a Ótica de Uma Pesquisadora. *In*: BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio; PAULISTA, Maria Inês (orgs.). **Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. **Valorização do magistério da educação básica no RN**: participação do SINTE e do governo estadual na implementação do piso salarial profissional nacional na rede pública estadual no ano de 2009. 2010. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/14408>. Acesso em: 10 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GINDIN, Julián José. **Por nós mesmos**: as práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México. 2011. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/15457>. Acesso em: 23 mar. 2023.

KONDER, Leandro. **História das ideias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MARTINS, Suely Aparecida. As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 2, 2006, p. 113-126. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13539/12404>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson no Brasil. *In*: IV Colóquio Marx e Engels, 2005, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 2005. p. 1-10.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Sindicatos rurais em tempo de revolução. *In*: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

PEREIRA FILHO, Sebastião Carlos. **Da Confederação de Professores do Brasil (CPB) à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)**: história da organização político-sindical dos trabalhadores em educação brasileiros (1983 a 1991). 2019. 246 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/2098>. Acesso em: 10 mar. 2023.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

REIS, João José. **Ganhadores**. A greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROSSI, Waldemar; GERAB, William Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil**: uma visão classista. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SANT'ANNA E SILVA, Sebastião de. Os Sindicatos na Inglaterra. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 20-23, 2021. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/5532>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. v. 3.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

VAZ, Marta Rosani Taras. **Sindicalismo docente e as particularidades organizativas, ideológicas e reivindicativas do magistério público municipal**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3308>. Acesso em: 10 mar. 2023.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Quem foi Vladímir Lênin?. São Paulo: TV Boitempo, 22 abr. 2022. 1 vídeo (19 min.), color. Disponível em: <https://youtu.be/vHFIgTie3Y4>. Acesso em: 10 mar. 2023.

AGRADECIMENTOS

Aos professores da Especialização em Realidade Brasileira da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em especial à professora Dr. Ana Cristina Hammel que me inspirou na escrita; ao meu orientador, professor Dr. Elemar do Nascimento Cezimbra e aos membros da banca, Regis Clemente da Costa e Denner Wynderson Weber, que se dispuseram a ler esse texto e tecer suas considerações; a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar) e nossos “colegas de armas”, que nos imprimiram o senso de coletivo; e aos sindicalizados do Sintepfb que compartilharam um pouco de suas histórias comigo, meu muito obrigado.